

EIXO 4: POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PROEJA: A EFETIVAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA ATRAVÉS DA CONJUGAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS?

Greicimara Vogt Ferrari

Universidade do Vale do Rio dos Sinos- Unisinos
Capes/Proex¹

greicimara.ferrari@ifrs.edu.br

Beatriz T. Daudt Fischer

Universidade do vale do Rio dos Sinos- Unisinos
bea.df@terra.com.br

Resumo: Seria o PROEJA um Programa capaz de romper com a histórica lógica de descontinuidades nas políticas para esta modalidade de ensino? Tal questão motiva o desenvolvimento deste trabalho, apresentando algumas ideias em torno de avanços e tensionamentos possibilitados pelo PROEJA. Para tal, após um mapeamento de produções que tratam do tema, desdobram-se considerações em torno do documento base do Programa (MEC, 2007), apresentam-se alguns aspectos do Projeto do Curso Técnico em Comércio, desenvolvido no IFRS/Bento Gonçalves. Finaliza-se com algumas considerações em torno da consolidação e/ou eliminação do PROEJA diante da política do PRONATEC.

Palavras-chave: Políticas de EJA; PROEJA; gestão.

INTRODUÇÃO

Há, na verdade, a ausência de uma política nacional articulada para a EJA? Como essa política se expressa? Esta é a crítica mais recorrente que se vem fazendo ao governo federal. O que existem são ações fragmentadas e desarticuladas, que surgem, desenvolvem-se, e muitas vezes extinguem-se, sem que resultem efetivamente em políticas de EJA [...] (SOARES, 2001 p. 206).

Diante da provocação feita por Soares (2001), indaga-se: Seria o PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – um Programa capaz de romper com a lógica de descontinuidades tão presentes ao longo da história das políticas propostas para esta modalidade de ensino?

A partir de tal questionamento pretende-se guiar o presente trabalho. Para tal, após um mapeamento de produções que tratam do tema, desdobram-se considerações em torno do documento base do Programa, organizado pela Secretaria de Educação Profissional e

Tecnológica/SETEC (MEC, 2007); apresentam-se alguns aspectos do Projeto Pedagógico de um Curso específico (Técnico em Comércio- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul- Câmpus Bento Gonçalves), o qual pode inspirar práticas de gestão, mediando políticas e instituição. Para finalizar, são apontadas algumas dúvidas acerca da consolidação do PROEJA diante de novos programas que se insinuam como prioridade para o governo atual, mais especificamente o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Optou-se primeiramente por realizar uma breve incursão no portal de Teses e Dissertações da CAPES² visualizando pesquisas realizadas entre 2007 e 2011, a partir do descritor: “PROEJA”. Foi encontrado um total cento e vinte e cinco teses ou dissertações, sendo que no ano de 2007 apenas dois trabalhos referem-se à temática, e em 2008 três investigações. Já no ano de 2009, vinte foram as pesquisas localizadas, aumentando em 2010 e 2011, respectivamente, para quarenta e sessenta estudos sobre o tema. A partir da leitura dos resumos, percebeu-se que a maioria dos trabalhos referentes ao PROEJA, abordam questões referentes à: implantação do Programa em determinada realidade; currículo integrando à EJA e Educação Profissional; formação de professores; acesso e permanência de estudantes nos cursos. Também foram encontrados outros objetos de estudo relacionados ao PROEJA, tais como: trajetórias de professores e estudantes; educação emancipatória; formação do cidadão. Não foram identificados estudos e/ou investigações que focassem especialmente as discontinuidades de políticas de EJA, ou a problematização diante do futuro do PROEJA.

Distante da pretensão de prever o futuro, o objetivo central do presente trabalho consiste em aguçar a reflexão diante dos tensionamentos e possíveis avanços oportunizados pelo PROEJA na área de políticas públicas propostas para a educação de pessoas jovens e adultas. Políticas que de acordo com Soares (2001), por seu caráter fragmentado e desarticulado, acabam não se constituindo efetivamente.

PROEJA: ALGUNS TENSIONAMENTOS

De acordo com Santos (2010) o PROEJA é instituído através do Decreto 5.478/05 e alterado pelo Decreto 5.840/06. O Decreto 5.478/05 carregava falhas, especialmente ao estabelecer carga horária máxima para os cursos. Além disso, ampliou o foco de atendimento do Programa para educação básica, já que antes estava previsto apenas a oferta do ensino médio.

Seria o PROEJA um programa capaz de integrar a Educação Profissional à Educação de Jovens e Adultos ou apenas mais uma iniciativa que não conseguirá efetivar-se como uma política pública de fato? De acordo com Castro, Machado e Vitorette (2010), as modalidades de educação profissional e EJA vivenciaram na história da educação brasileira momentos de aproximação e distanciamento nas conduções das políticas educacionais. Diante disso indaga-se: O que poderia ter levado a aproximar educação profissional e EJA a partir da proposição do referido programa? Muitas podem ser as hipóteses. Quem sabe caberia lembrar aqui algumas clássicas produções em torno do tema, como é o caso das reflexões de Pistrak:

Na medida em que a escola não é um fim absoluto, também não pode ter finalidades educacionais absolutas, e por isso mesmo teria condições de criar uma individualidade harmônica abstrata, baseando-se em métodos invariáveis ditados pela ciência da criança (psicologia e pedologia) para realizar seus objetivos. A escola refletiu sempre o seu tempo e não pode deixar de refleti-lo; sempre esteve a serviço das necessidades de um regime social determinado e, se não fosse capaz disso, teria sido eliminada como um corpo estranho inútil (PISTRAK, 1981, p. 32).

Se a escola sempre refletiu o seu tempo e regime social, caso contrário seria eliminada, indaga-se: Seria o PROEJA mais um programa que visa à manutenção do *status quo*? Teria o PROEJA algumas semelhanças com outras iniciativas governamentais de outros períodos históricos? Indagações existem e motivam a presente pesquisa, na qual se buscam algumas respostas que, por sua vez, poderão provocar outros questionamentos.

O documento base do programa traz uma análise de índices, aponta os possíveis sujeitos do PROEJA, além de conter questões referentes a princípios, concepções, Projeto Político Pedagógico Integrado, currículo, avaliação, até aspectos operacionais do Programa. Os referenciais teóricos que fundamentam o documento, para além de legislação, estão inspirados em autores como: Miguel Arroyo, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Boaventura de Souza Santos e Silvia Maria Manfredi. Pesquisadores como: Dante Henrique Moura, Jane Paiva e Simone Valdete dos Santos, também contribuíram na produção do texto.

A partir do PROEJA, segundo o documento base (MEC, 2007) busca-se efetivar uma política pública de educação profissional integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Tal é encarado como um direito, frente aos desafios de inclusão social e globalização, identificando primeiramente os sujeitos dessa política. A partir de números e tabulações, são trazidos alguns indícios referentes aos principais sujeitos do PROEJA: jovens em defasagem idade-série; jovens e adultos que abandonaram a escola; infratores ou privados de liberdade; entre outros:

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente (MEC, 2007, p. 11).

O documento base (MEC, 2007) aponta como possíveis sujeitos do PROEJA os negros, quilombolas, camponeses, desempregados, os ditos “marginais” ao sistema. Propõe, ainda, uma política estável que possa contribuir na elevação da escolaridade e profissionalização, através do acesso a uma formação de qualidade, Arroyo (2010, 1389-90), entretanto destaca:

Outra forma de pensar os coletivos feitos desiguais é como marginalizados, até como *marginais* ou na margem de lá, onde predomina a miséria não tanto social mas moral, a falta de valores, de hábitos, onde domina o tradicionalismo e até a cultura da pobreza e da miséria. Desiguais porque à margem da civilização, da modernidade, da racionalidade científica, do progresso e de seus valores civilizatórios, progressistas, de esforço e de trabalho. Situar as desigualdades como problema nessas carências morais tem alimentado concepções de políticas sócio-educativas e de projetos comprometidos com solucionar essa condição de marginalidade. Tirar esses coletivos da margem, através de pedagogias civilizatórias, moralizadoras, para passá-los da margem da tradição, do atraso, da imoralidade para a modernidade, o progresso, os valores civilizatórios, a racionalidade científica.

Partindo de um olhar ingênuo poder-se-ia ver no PROEJA a possível solução para os “problemas” na área de Educação de Jovens e Adultos (assim como noutros tempos, boa parte da sociedade acreditou que o MOBREAL teria feito isso). Ainda considerando o documento base (MEC, 2007), a fragilidade do Brasil em garantir o direito de todos à educação pública, gratuita e de qualidade, também é apontada. Como solução para esta questão, a Rede Federal é direcionada (até então atendia sujeitos com perfil diferente dos encontrados na EJA), pois diante de sua reconhecida qualidade, o Ministério de Educação “convida” a rede a tornar-se referência na oferta do PROEJA.

Diferente do exposto no documento base, em relação ao “convite” para a rede federal tornar-se referência na oferta do PROEJA, o decreto nº 5840 de 2006 estabelece que 10% da oferta de vagas devem destinar-se ao Programa, ampliando oferta a partir de 2007. A partir do decreto, surgem tensionamentos entre os servidores da rede federal, percebendo-se que alguns educadores e gestores defendem o programa como forma de inclusão social, enquanto outros se posicionam contrários, afirmando que a rede federal é um lugar de excelência. Tal situação é referenciada por Castro, Machado e Vitorette (2010, p. 152), ao contextualizarem pesquisa

realizada em Goiás, através do “Edital Proeja/Capes nº 03/2006, envolvendo três instituições públicas de ensino superior e um Centro Federal de Educação Tecnológica [...]”.

A falta de receptividade ao programa, segundo estes pesquisadores, acaba sendo um entrave para a efetivação plena do Programa. Na mesma investigação, porém, também são identificados sujeitos com uma postura diferente, percebendo no PROEJA um caminho para a inclusão social. Diante do exposto, se pode vislumbrar um horizonte de possibilidades, marcado também por avanços.

PROEJA: ALGUNS AVANÇOS

Ao dirigir-se o olhar para a denominação do PROEJA “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos”, verifica-se a intenção em integrar a Educação Profissional e a Educação Básica na modalidade EJA. Diante desta possível intenção optou-se por buscar a etimologia³ da palavra integração, originária do Latim “INTEGRARE, ‘tornar inteiro, fazer um só’, de INTEGER, ‘inteiro, completo, correto’, literalmente ‘intocado’, de IN-, ‘não’, mais a raiz de TANGERE, ‘tocar’”. Seria o PROEJA uma sólida união entre Educação Profissional e Educação Básica na Modalidade EJA? Quais são as indicações do documento base para esta consolidação? Muitas são as questões a serem discutidas e investigadas a partir de pesquisas de alto rigor metodológico, já que o tema, inerentemente, envolve posições políticas, muitas vezes conflitantes.

Ao analisar mais detalhadamente o documento base (MEC, 2007), conclui-se que o mesmo tem a intenção de romper com a lógica dicotômica: educação academicista para os filhos das classes economicamente favorecidas e educação instrumental para os filhos de trabalhadores:

Assim, uma das finalidades mais significativas dos cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional pública deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando. A formação assim pensada contribui para a integração social do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos. Em síntese, a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora (MEC, 2007, p. 35).

A educação integral é um aspecto que se destaca na proposta do PROEJA. Para Ramos (2010) a compreensão acerca de integração é ampla, expressando uma concepção de formação humana que preconiza a união de todas as dimensões da vida, cultura, ciência e trabalho, presentes no processo formativo. Segundo a autora, o horizonte da formação nesta perspectiva, é a formação politécnica e *omnilateral*⁴ de trabalhadores, tendo como propósito possibilitar a compreensão das relações sociais e o processo histórico e contraditório do desenvolvimento das forças produtivas. A partir dessa concepção, enfatiza-se a formação de profissionais-cidadãos capazes de compreender e atuar na realidade.

Cabe trazer aqui também alguns outros elementos que integram o referido documento, como é o caso do item referente ao Projeto Político Pedagógico (PPP). Há clara ênfase que este deve dialogar com a vida dos sujeitos envolvidos no processo educativo e de ensino, propondo que o mesmo seja construído para atender às necessidades do sujeito aluno. Ainda neste sentido, o documento enfatiza a atenção indispensável às especificidades dos sujeitos da EJA, os quais devem ser ouvidos e reconhecidos em seus saberes já constituídos, assim como sua história como condição de existência. Em outras palavras, a necessidade imprescindível de considerar, no trabalho pedagógico, os conhecimentos que estes cidadãos já possuem. Partindo de uma proposta de Educação Integral, o PROEJA objetiva que os sujeitos compreendam e se compreendam no mundo. Cabe indagar, com Arroyo (2010), se a mesma participação e o mesmo ouvir aconteceram quando da elaboração do documento base:

Se as próprias vítimas das injustiças e desigualdades históricas aprenderam a falar com suas ações e reivindicações, cabe ao Estado e seus gestores não apenas escutar suas vozes, mas reconhecer suas ações coletivas, como formas de intervenção política. Aos formuladores, gestores e analistas cabe o papel de dialogar com essas ações e intervenções e elaborar as políticas mais eficazes, incluindo coletivos feitos desiguais como sujeitos partícipes de decisões. Nada fácil avançar no reconhecimento dos coletivos populares e de suas organizações e movimentos, como atores, políticos e sujeitos de políticas. Esse reconhecimento supõe uma tensão no próprio campo das políticas, na medida em que se contrapõe à manutenção do caráter tradicional do Estado, de suas instituições e órgãos de gestão e de suas políticas, em nosso caso, educativas. Contrapõe-se à manutenção dessa imagem-função tradicional dos coletivos populares como problema e do Estado e suas políticas como solução (ARROYO, 2010, p.1412).

O autor, contumaz batalhador pela causa dos menos validos, sinaliza que os sujeitos precisam ser ouvidos e, além disso, precisam ter suas ações reconhecidas pelo Estado quando este elabora políticas de educação.

Seguindo com a análise do documento base, é necessário reconhecer que o mesmo traz alguns avanços, dentre os quais se destacam a valorização dos saberes dos educandos, a

educação integral e o trabalho a partir da realidade. Nesta perspectiva, cabe novamente trazer à tona as considerações de Pistrak (1981), em sua clássica obra *Fundamentos da Escola do Trabalho*. Nela, entre várias colocações diante da educação e trabalho, propõe especialmente duas questões centrais, o trabalho a partir da realidade atual e a auto-organização das crianças e adolescentes:

É preciso reconhecer de uma vez por todas que a criança e, sobretudo, o adolescente, não se preparam apenas para viver, mas já vivem uma verdadeira vida. A auto-organização deve ser para eles um trabalho sério, compreendendo obrigações e sérias responsabilidades. Se quisermos que as crianças conservem o interesse pela escola, considerando-a como seu centro vital, como sua organização é preciso nunca perder de vista que as crianças não se preparam para se tornar membros da sociedade, mas já o são, tendo já seus problemas, interesses, objetivos, ideais, já estando ligadas à vida dos adultos e do conjunto da sociedade (PISTRAK, 1981, p.41-2).

O autor refere-se a crianças e adolescentes, entretanto, acredita-se que estas ideias também se relacionam com as propostas de Paulo Freire e da EJA, incluindo os adultos. Nunca é demais lembrar que Freire (1987) afirma que é preciso partir da realidade dos educandos, propondo temas geradores, derivados de pesquisas, trazendo a vida cotidiana, a atualidade dos sujeitos. Pistrak, por sua vez, na mesma obra já referida, encara as crianças e os adolescentes como membros da sociedade. Freire (1987) também os dimensiona na mesma perspectiva, além de destacar os oprimidos como sujeitos sociais, os referencia como transformadores.

Refletir sobre o PROEJA remete pensar no real significado acerca da compreensão que se tem acerca da integração entre educação profissional e educação de jovens e adultos. A realidade do educando, sua história e seu papel como sujeito transformador são aspectos relevantes, entretanto é preciso estar atento, em especial quando estamos envolvidos na gestão destes encaminhamentos: não cair na ilusão da proposta, vendo-a como única solução. As políticas muitas vezes acabam sendo estratégias para garantir a manutenção do sistema, como já referiu Pistrak (1981).

Tudo o que foi dito até aqui, exige também que estejamos atentos para o contexto mais amplo, envolvendo a dimensão macro-estrutural da sociedade em que estamos inseridos. Rummert (2009) alerta sobre ênfase dada à educação como possível saída da condição de miséria, além de destacar as contradições de cada momento histórico. Salaria que no Brasil, nas últimas décadas, registram-se significativas “mudanças na forma e no conteúdo da dualidade educacional, num quadro de mimetismo necessário à modernização conservadora” (p. 221). Essas mudanças podem significar formas refinadas de manutenção das condições de

subalternidade. Neste sentido, o PROEJA, observado na prática a partir de pesquisa realizada no Rio Grande do Sul por Franzoi [et al] (2010, p. 180), aponta dificuldades como:

Desconhecimento do público alvo; a inadequação inicial dos currículos; os horários incompatíveis com a realidade dos alunos; a falta de definição do perfil do egresso para a montagem de um curso na modalidade PROEJA e as próprias especificidades da educação de jovens e adultos. Outro conjunto de dificuldades está relacionado com aspectos organizativos da escola e do corpo docente, tais como: a pouca disponibilidade de tempo para reuniões pedagógicas do corpo docente envolvido com o programa; a falta de espaço físico adequado; o despreparo e a falta de capacitação dos professores para atuar no PROEJA e a carência de docente para ministrar as disciplinas de formação profissional.

No mesmo texto os pesquisadores ressaltam que, a partir das dificuldades, buscam-se soluções para que os males não se perpetuem. Assim, algumas escolas optam por alterações pedagógicas, reavaliando propostas metodológicas. Outras encontram alternativas na criação de apoio institucional ou na adesão ao projeto de assistência aos estudantes do PROEJA, através de auxílio financeiro para transporte e/ou alimentação. Ainda segundo os autores, no caso do Rio Grande do Sul, o Programa vem estabelecendo laços importantes relacionados à cultura da pesquisa, o que é merecedor de elogios.

Quanto à formação continuada de professores da rede pública, possibilitada pelos cursos de Especialização em PROEJA, Santos (2010) sublinha que “os grupos de pesquisa CAPES/PROEJA trouxeram prestígio acadêmico e científico aos CEFETES⁵. Assim, em conjunto com universidades, produzem teoria sobre sua prática” (p. 126). Acredita-se que a formação continuada, um dos pressupostos do Programa, pode até mesmo contribuir para o seu fortalecimento, já que ao possibilitar reflexão sobre a prática, as dificuldades, podem transformar-se em alternativas, contribuindo para a consolidação do PROEJA.

A seguir neste texto serão apontados alguns aspectos do PROEJA desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)- Câmpus⁶ Bento Gonçalves. Tal instituição caracteriza-se como campo empírico de pesquisa que busca analisar a relação entre discontinuidades das políticas relacionadas a EJA e trajetórias de estudantes marcadas por rupturas ao longo dos anos de estudos.

O PROEJA NO IFRS- CÂMPUS BENTO GONÇALVES: UM OLHAR PRELIMINAR

A seguir, apresenta-se então, algumas concepções e diretrizes apontadas pelo projeto pedagógico do Curso Técnico em Comércio, modalidade PROEJA do IFRS- câmpus Bento

Gonçalves. Opta-se primeiramente por desdobrar informações gerais, possibilitando uma visão de certa forma panorâmica sobre o curso.

Em 2006 o IFRS- câmpus Bento Gonçalves passou a oferecer a modalidade PROEJA, através do curso Técnico em Operações Comerciais. Atualmente o curso é denominado “Técnico em Comércio”. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, a opção pela área do comércio aconteceu a partir de pesquisas em escolas do município que ofereciam a modalidade EJA no ensino Fundamental, nos sindicatos e jornais da cidade, os quais enfatizavam a carência de profissionais qualificados na área.

Entre os objetivos gerais do curso destacam-se:

- Proporcionar aos jovens e adultos excluídos do processo educacional em tempo regular a oportunidade de fazerem ou concluírem o Ensino Médio;
- Oferecer uma Educação de Jovens e Adultos, baseada na construção do conhecimento no coletivo, que aponte para a resolução de problemas, para o desenvolvimento da aprendizagem, que possibilite a reflexão permanente sobre a prática de forma interdisciplinar e contextualizada;
- Oferecer aos jovens e adultos uma oportunidade de articular as experiências da vida com os saberes escolares, ampliando sua inserção no mundo do trabalho (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO, 2012, p. 12).

Segundo o Projeto, é requisito para ingresso no Curso Técnico em Comércio, modalidade PROEJA, a idade mínima de 18 anos e ter cursado o ensino fundamental. Os estudantes são selecionados a partir de sorteio, divulgado através de edital público, constando data, horário e local.

No perfil do profissional egresso, de acordo com o projeto do curso é salientada a possibilidade de releitura do mundo, referenciando-se o parecer CNE/CEB 11/2000. Questões como a transcendência de espaços formais, o diálogo e cultura baseado na justiça, são citados a partir da Declaração de Hamburgo. O documento base do PROEJA também fundamenta a busca do perfil profissional, especialmente no que tange a formação “na” e “para a” vida. Além destas referências o projeto destaca a LDB 9394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais como fundantes ao traçar as competências visadas para o egresso.

O curso prevê seis semestres de duração, totalizando 2760 horas. Deste total, 1260 horas são destinadas à base comum, através das três áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias. 1140 horas são previstas para a profissionalização, sendo acrescido estágio de 360 horas.

No item: “A construção do currículo e seus Desafios”, salientam-se os princípios do trabalho pedagógico, baseado em uma concepção problematizadora, prevendo a aproximação

na relação professor-aluno, a consideração das experiências dos estudantes, sendo estes percebidos como sujeito de produção do conhecimento. Em relação à organização curricular, destaca-se a previsão de processo contínuo e coletivo, as formações dos professores como periódicas, possibilitando a construção de propostas de trabalho. O projeto faz a previsão do trabalho pedagógico a partir de temas geradores, diagnosticados em pesquisas feitas a partir da realidade. Através destes princípios busca-se a integração de disciplinas da base comum e as disciplinas técnicas.

Em relação à avaliação, o Projeto do Curso faz a previsão desta como processo contínuo, baseado na concepção emancipatória, valorizando todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem. Enfatizam-se todos os estudantes como sujeitos avaliadores, fazendo a previsão de avaliações individuais, autoavaliações, conselho participativo e conselho de câmpus.

Além de levantar algumas informações referentes ao Projeto, optou-se por apresentar alguns dados numéricos, visando uma breve caracterização do curso, a partir de 2009.

TABELA Nº 1⁷:

NÚMEROS DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO- PROEJA 2009 À 2012:

Ano/ Sem.	Matr. Sem. Ant.	Vag.	Ingr.	Matr. Reat.	Matr. Inicial	Conclu.	Tranca.	Evasões	Cancel.	Matr. Finais
2009/1	60	40	39	0	99	8	1	8	0	82
2009/2	82	0	0	0	82	23	3	1	0	55
2010/1	55	35	35	4	94	0	2	4	3	85
2010/2	85	0	0	0	85	17	5	11	0	52
2011/1	52	35	27	0	79	0	13	8	0	58
2011/2	58	0	0	5	63	15	11	0	4	33
2012/1	33	35	34	2	69	0	9	0	3	57
2012/2	57	0	0	1	58	13	5	4	1	Em per. de Matr.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados fornecidos em 25/10/2012 e 05/03/2013, pelo Setor de Registros Acadêmicos do IFRS- câmpus Bento Gonçalves.

Através da tabela, visualizam-se dados gerais do curso, números de matrículas, conclusões, trancamentos, evasões, cancelamentos. Em relação às evasões de um total de 629 matrículas iniciais no período de 2009 à 2012, 36 estudantes foram considerados evadidos e 11 cancelaram sua matrícula, caracterizando um percentual de 7,4 % de educandos que

acabaram se distanciando do curso. Analisando apenas os números, parece que no PROEJA as permanências são maiores em relação ao EJA no Sistema Estadual de Ensino de Bento Gonçalves. Contudo, cabe destacar que os números podem possibilitar um retrato geral da situação, sem um maior aprofundamento de causas e motivos que levam a tais índices. Neste Projeto de Pesquisa, os números indicam dados parciais que serão aprofundados no andamento do processo investigativo.

Acredita-se que estas breves colocações relativas ao projeto do Curso Técnico em Comércio, bem como a caracterização possibilitada através dos dados quantitativos, serão aportes importantes para a continuidade deste estudo, permitindo talvez aproximar as falas dos estudantes, expostas durante entrevistas que serão efetivadas, com as informações já coletadas, percebendo quem sabe relações e até mesmo contradições.

RETOMANDO A QUESTÃO INICIAL

Realizando uma breve análise diante de questões que surgem a partir do documento base do PROEJA - e respectivas reflexões que vem sendo construídas a partir da prática do programa - percebem-se alguns tensionamentos, já apontados no decorrer deste trabalho. Entretanto, conforme já referido no presente texto, alguns avanços também podem ser constatados. Ao longo das reflexões aqui trazidas, pontuou-se o desejo de construção coletiva de uma política pública efetiva e contínua, capaz de integrar a educação profissional e a EJA, rompendo a dualidade manual x intelectual ou profissional/tecnológico x propedêutico.

Finalizando, cabe lembrar que, em nível nacional desde 2010 o Brasil da presidenta Dilma Rousseff mantém, em seus primeiros dois anos de governo, alguns programas relativos à EJA como: Brasil Alfabetizado, Pronera, ProJovem Integrado e PROEJA. Entretanto, além das propostas em curso, cria-se o PRONATEC através da lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. A partir da instituição do PRONATEC, tudo leva a crer que o maior foco de investimentos e discussões passa ser este novo Programa. Tal hipótese se fundamenta, uma vez que de 28 de maio à 1º de junho de 2012, ocorre em Florianópolis o II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica e nele o PROEJA foi debatido apenas em duas atividades autogestionadas.

Neste sentido, cabe registrar que, em uma das atividades técnico científicas, organizada pelo Fórum de EJA do Estado de Santa Catarina e pelo Fórum de EJA da cidade de Florianópolis, optou-se por redigir uma carta manifesto⁸ em defesa do fortalecimento do PROEJA salientando a preocupação com as políticas de EJA no Brasil:

[...] A preocupação de educadores, educandos, gestores e movimentos sociais é que o PRONATEC poderá contribuir para o esvaziamento e diminuição da oferta do PROEJA e para a manutenção de cursos FIC não vinculados à elevação de escolaridade do público jovem e adulto, não superando a lógica do mercado, na perspectiva da plena formação humana [...] (Trecho do Manifesto do Fórum de EJA de SC e do Fórum de EJA de Florianópolis).

Santos (2010) pontuou em seu texto que, no evento “Diálogos PROEJA/RS”, os presentes foram provocados por uma questão relacionada ao fim do PROEJA com o término do governo Lula. Segundo a autora, os participantes ficaram incomodados com a provocação e um dos professores destacou que o PROEJA é amparado inclusive na LDB, ao prever a oferta de EJA vinculada à educação profissional.

Diante do vivenciado no II fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica e a colocação de Santos (2010), parece difícil uma afirmação em relação ao futuro do PROEJA. Ao mesmo tempo, percebe-se de forma geral que o PRONATEC vem tornando-se uma prioridade do governo atual, mas até então não tem sido proposto, abertamente, o término de programas como o PROEJA.

Frigotto (2009) assevera que as políticas públicas efetivas são direito dos cidadãos e não devem ser construídas em um castelo de areia, para que não caiam no futuro marcado pelo curto prazo, na vida caracterizada pela precariedade e pelo provisório. O momentâneo precisa ser substituído pelo sólido e, para tal, se faz necessária à utopia, a qual é simbolizada pela ideia de lugar nenhum, mas neste caso, lugar de igualdade de condições de vida em todos os aspectos.

NOTAS

¹ Agradeço o apoio da Capes, a bolsa Capes/ Proex possibilita a realização de meu curso de Mestrado.

² Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

³ Fonte: <<http://origemdapalavra.com.br/palavras/integracao/>>. Acesso em 22 mar. 2013.

⁴ Frigotto (2004) (assim como demais intelectuais de raiz marxista) também aborda o conceito, destacando que o trabalho, a partir da concepção *omnilateral*, visa atender todas as dimensões humanas, em uma perspectiva histórico-social.

⁵ A partir da lei nº 11892/ 2008, grande parte dos Cefetes- Centros Federais de Educação Tecnológica, transformam-se em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

⁶ A utilização do termo “câmpus”, utilizando acento circunflexo é embasada a partir de uma nota lexicológica encaminhada pela SETEC para os Institutos Federais.

⁷ Na tabela nº 1 são utilizadas as abreviaturas: Sem. (correspondente a semestre), matr. (matrícula), ant. (anterior), vag. (vagas), ingr. (ingressos), reat. (reativadas), conclu. (conclusões), tranca. (trancamento), cancel. (cancelamentos), em per. de Matr. (em período de matrícula).

⁸ Uma das autoras deste texto participou do evento e pode visualizar a angústia dos presentes.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: a procura de novos significados. **Revista de Ciência da Educação Centro de estudos Educação e Sociedade**- nº 113, vol. 31. São Paulo: Cedes, out-dez. de 2010. P 1381-1416.

BRASIL. **Decreto nº 5.478 de 24 de junho de 2005**. Institui no âmbito das Instituições Federais de Educação, Tecnológica o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos- PROEJA. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm>. Acesso em 15 jan. 2013.

_____. **Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em 15 de jan. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Documento Base do Proeja** (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos- Ensino Médio). Brasília, Ago. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em 15 jan. 2013.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 5 jan. 2013.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 5 jan. 2013.

_____. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12513.htm>. Acesso em: 15 jan. 2013.

CASTRO, Mad'ana Desirée Ribeiro de castro; MACHADO, Maria Margarida; VITORETTE, Jacqueline Maria Barbosa Vitorette. Educação Integrada e PROEJA: diálogos possíveis. **Revista Educação e Realidade**, v 35, n. 1, 2010. p. 151-166.

FRANZOI [et al], 2010. Escola, saberes e trabalho: a pesquisa do PROEJA no Rio Grande do Sul. **Revista Educação e Realidade**, v 35, n. 1, 2010. p. 167- 186.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MANIFESTO FÓRUM DE EJA SC E DO FÓRUM DE EJA DE FLORIANÓPOLIS.
Florianópolis [2012]. Disponível em:
<http://2sitefmept.ifsc.edu.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=35&Itemid=95&lang=br>. Acesso em 15 jan. 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL- CÂMPUS BENTO GONÇALVES. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio na Modalidade PROEJA**, Bento Gonçalves, 2012.

PISTRAK. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAMOS, Marise Nogueira. 2010. Implicações Políticas e Pedagógicas da EJA Integrada à Educação Profissional. **Revista Educação e Realidade**, v 35, n. 1, 2010. p. 65- 86.

RUMMERT, Sonia Maria; CANÁRIO, Rui; FRIGOTTO, Gaudêncio (organizadores). **Políticas de formação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal**. Niterói: Editora da UFF, 2009.

SANTOS, Simone Valdete. Sete Lições sobre o PROEJA. In: MOOI, Jaqueline. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e colaboradores**. Porto alegre: Artmed, 2010.

SOARES, Leôncio. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. São Paulo: Ação Educativa, 2001. p. 201-224.